

CARTAS À REDACÇÃO

RESPOSTA À RECENSÃO DO LIVRO UM MUNDO SEM EUROPEUS

O meu livro *Um Mundo sem Europeus* mereceu uma recensão de Luís Pais Bernardo (R:I. N.º 27, Setembro de 2010). Sobre esse texto, gostava de dizer o seguinte:

I. Adaptando a primeira epígrafe do livro, eu diria que a recensão não ataca a mensagem do livro, ataca o mensageiro. Como se vê, fui profético: no prefácio escrevi qualquer coisa como «os críticos atacarão o realismo do autor, e não a tese que o autor apresenta». É o destino dos realistas: serem criticados após apontarem para factos indesejados. Fico, assim, muito agradecido a Luís Pais Bernardo.

II. O recenseur procura descredibilizar as bases epistemológicas do autor (o realismo, portanto). E, aqui, tornam-se evidentes algumas fragilidades ao nível do debate académico sobre relações internacionais. O autor não conhece o realismo neoclássico? Conhece as diferenças entre o neo-realismo e o realismo neoclássico? Ora, o realismo neoclássico é a base epistemológica de *Um Mundo sem Europeus*.

Percebê-lo é essencial. Não, eu não li «Platão, Berlin ou Collingwood» para preparar este estudo. Li Randall Schweller, Gideon Rose, Fareed Zakaria, Jack Snyder, Aaron Friedberg, etc. Ou seja, li a elite do pensamento realista da academia americana. Aquilo que o recenseur podia ter dito era o seguinte: falta uma clara introdução conceptual e epistemológica ao livro. Seria uma crítica justa, à qual eu responderia da seguinte maneira: essa introdução existe, mas foi retirada. Porquê? Porque este livro procura ser legível. Não queria que os leitores desistissem na página 15, no meio da artilharia entre neo-realistas, construtivistas, realistas neoclássicos, etc., etc. Luís Pais Bernardo pode encontrar essa introdução na tese de mestrado que serve de base a este livro. E existem pistas na nota 6 do segundo capítulo. Depois destas leituras, poderemos então discutir as bases epistemológicas de *Um Mundo sem Europeus*. Porque fazer um *name-dropping* e um menu de escolas que apenas partilham a aversão ao realismo (neogramscianismo, estudos pós-coloniais, neomarxismo, construtivismo, etc.) não é uma forma sólida de atacar a base intelectual de x ou y.

Parece-me que ao pensamento do recenseur falta alguma coerência interna. Não se pode ser, ao mesmo tempo, construtivista, habermasiano, seguidor dos estudos pós-coloniais e neomarxista (Frank/Wallerstein).

III. Uma coisa simples sobre a – suposta – fraqueza do meu «desenho de investigação» e sobre as «variáveis independentes»: esse tipo de abordagem não existe no meu trabalho. Não existe, no realismo neoclássico, qualquer ambição ao nível da tal parcimónia científica (os realistas neoclássicos partem da História, e não da politologia quantitativa). Felizmente, o mundo da ciência política e das relações internacionais não é monopólio dos estudos quantitativos. Existem métodos qualitativos. E, sobre isto, deixo aqui uma ideia-chave de Paul Pierson (*Studies in American Political Development*. N.º 14, Primavera de 2000, p. 75): «Most variable-oriented research assumes a world without positive feedback, where history washes out and sequence is irrelevant.» Ou esta de Kurt Weyland: «There has been a great disjuncture between political science and political reality in the last two decades» (*World Politics*. N.º 60, Janeiro de 2008, p. 281).

IV. Deixando o debate epistemológico, existem inúmeros pormenores que mereciam reparos. Mas, dada a limitação de espaço, escolhi apenas um. Luís País Bernardo diz que a minha bibliografia é «enviesada». Confesso que não percebi. Estará a criticar o facto de eu ser realista? Bom, se eu parto do realismo, é natural que a bibliografia tenha um pendor realista. Defender um argumento não é o mesmo que apresentar um menu com

todas as teorias no mercado. Ou será que o recenseur está a criticar o facto de eu ter lido tantos autores asiáticos? Se for este o caso, isto acaba por ser a maior confirmação dos vícios intelectuais que eu critico no livro. Vejamos: eu fiz um esforço para ler a «comunidade epistémica» especializada dos EUA, Japão, Índia e da Ásia em geral, e o recenseur chama a isto de «enviesamento». Não é. Eu estou, na verdade, a seguir uma das premissas teóricas do realismo neoclássico (conhecer a «percepção» dos actores políticos, algo que não é analisável com modelos quantitativos). Para compreender as percepções dos estados asiáticos, e para justificar os meus argumentos, eu li dezenas de autores indianos, japoneses, de Singapura, etc. Na resposta, dizem-me que eu não li André Gunder Frank, um neomarxista alemão nascido em 1929, que é fundamental para compreendermos a «Ásia» contemporânea. O meu pecado é, então, dar voz às visões de académicos não-europeus, que, obviamente, põem em causa as visões habituais de muitas escolas europeias? O meu pecado é, então, ser realista, quando podia ser neomarxista?

HENRIQUE RAPOSO

RESPOSTA DE LUÍS PAÍS BERNARDO

I. Uma recensão crítica não se propõe «atacar» ou «criticar» autores que apontam para «factos indesejados». Em primeira instância, uma recensão crítica é um instrumento de avaliação da coerência interna de uma obra. Em segunda instância, o recenseur discute a importância da obra

para a acumulação de conhecimento. Não existe, na recensão que escrevi, um ataque ao realismo aroniano. Existe, de facto, uma crítica sustentada à coerência interna da obra, dado que padece de insuficiências argumentativas graves. HR considera, de acordo com a estrutura do livro, que é possível explicar um conjunto complexo de fenómenos empíricos – a ascensão de uma putativa confederação *kantiana* transpacífica – com recurso a uma discussão *ad hoc* das origens filosóficas e conceptuais da República americana. É uma opção viável e exigente. Contudo, HR não releva o processo de conexão entre a dimensão ideativa e empírica. Fica-se pelas chamadas de atenção para suicídios intelectuais e sermões moralizantes.

Além disso, refiro, na recensão, que a tese apresentada pelo autor é relativamente simples e banal. Ou seja, assumo que o público-alvo da RI está familiarizado com as disposições da mesma e tende a concordar com ela, dada a sua trivialidade. Não são factos «indesejados», dado que também assumo, da parte do público-alvo da RI, uma maturidade intelectual que rejeita esse tipo de vocabulário. As relações internacionais constituem uma disciplina empírica, de acordo com o próprio HR – ou não é, afinal, um «realista»? A tese apresentada não é particularmente nova ou interessante. Podia ser apresentada sob a capa de um qualquer pós-marxismo. Ainda assim, seria desinteressante. Por isso, HR pode, se assim entender, considerar que «ataquei» Aron; talvez julgue que isso salvaguarda a tese do seu livro. Deixo esse julgamento aos leitores.

II. É falso que procure descredibilizar as

bases epistemológicas do autor. Não presumo ter a capacidade de fazê-lo. Lamento que não tenha lido, pelo menos, Collingwood, já que parte da História e não desse monstro chamado «politologia quantitativa». Se o tivesse feito, teria percebido o apontamento efectuado e a razão pela qual a diferença entre realismo neoclássico e neo-realismo, neste contexto, é irrelevante. HR efectua um estudo psicologizante e sustido, tão-somente, por um exercício puramente hermenêutico. Se tivesse procurado identificar os processos institucionais de enquadramento desses elementos intelectuais, ancorando-os, de facto, na história, e não num éter indefinido e ahistórico, talvez *Um Mundo sem Europeus* tivesse outro fulgor. Não o tem. Baseou o seu estudo na «elite do pensamento realista da academia americana», apesar de se considerar um realista aroniano e ler dezenas de autores asiáticos. Aponto, ainda, outra dificuldade. Se o livro pretende transcender o jargão académico e um público limitado – agradece-se a explicação da inexistência de uma introdução conceptual e epistemológica (ainda que ela esteja lá e seja perfeitamente evidente) –, por que razão é, então, essencial perceber o realismo neoclássico? Isso não derrota o propósito da obra?

HR não terá compreendido, uma vez mais, o objectivo da minha proposta, no que concerne às escolas críticas das relações internacionais. Se tivesse compreendido, não teria personalizado a crítica e teria entendido que um estudo comparativo, em história das ideias, tende a ser mais rico, interessante e fértil que as hermenêuticas escleróticas. O autor afirma que leu uma

série de autores realistas neoclássicos. Um *Mundo sem Europeus* não pretende, portanto, revelar, ao público, uma nova aproximação à realidade ou uma nova abordagem à disciplina. É uma reciclagem pouco hábil ou ágil.

III. Quanto a métodos e variáveis, a questão encerra outro interesse. O autor da obra recenseada refere que o tipo de abordagem «desenho de investigação» e «variáveis independentes» não existe no seu trabalho. HR parece considerar que proceder ao desenho de investigação é ceder a um positivismo canhestro e oitocentista. Está enganado. O desenho de investigação é uma componente essencial de qualquer processo estruturado de descoberta. E, quanto às variáveis, é falso que «esse tipo de abordagem não existe no meu trabalho». Em *Um Mundo sem Europeus*, refere-se, várias vezes, a um formidável tipo de variável, a «aroniana». Sugiro, a este respeito, que o autor consulte os estudos de David Collier, Alexander George e Charles Ragin. HR rejeita os desenhos de investigação e as variáveis da «politologia quantitativa», mas refere-se a «ciência política» e a «métodos qualitativos». A dissonância cognitiva é, suponho, um dos direitos do autor. Mas a dicotomia que estabelece, para se posicionar como defensor da perspectiva histórica já foi ultrapassada, há vários anos, por vários cientistas políticos, como James Mahoney, Kathleen Thelen ou Andrew Bennett.

IV. Não, não critico ou recrimino a leitura de autores asiáticos, ainda que HR insinue um anticosmopolitismo galopante da minha parte. Critico, isso sim, a leitura selectiva de autores asiáticos e a inexistên-

cia de uma única leitura que possa desvelar alguma discordância a respeito da tese – repita-se, simples e trivial – defendida pelo autor. Afirma-se que a bibliografia é enviesada quando não exprime uma pluralidade de pontos de vista acerca da realidade. Eximo-me de exemplificar, dado que uma das condições de controlo, em relações internacionais, é a assunção de uma complexidade crescente e emergente. Se todas as fontes realistas neoclássicas confirmam a tese, é plausível assumir um enviesamento ou, pior, uma trivialidade absoluta que resultaria na redundância e inutilidade da obra recenseada. A não ser, claro, que HR tenha lido todos os documentos produzidos por «indianos, japoneses, de Singapura, etc.» entre 1976 e 2010. Nesse caso, retracto-me imediatamente, apesar de não ter encontrado, na bibliografia não identifiquei fontes originais em línguas não-ocidentais.

Estamos, afinal, a falar da «comunidade epistémica especializada» ou da «comunidade epistémica especializada» que comunga dos princípios do realismo neoclássico? Trata-se de uma formulação típica em *Um Mundo sem Europeus*: vaga e imprecisa. Talvez considere que os métodos qualitativos são vagos e imprecisos. Mas não são: uma leitura ligeira de Paul Pierson e David Collier bastará para compreender a importância e os procedimentos específicos das metodologias qualitativas. Assim, talvez aceite que «conhecer a percepção dos actores políticos» é uma perspectiva de índole psicologista, que exige vários complementos, se pretender um assomo mínimo de legitimidade.

LUÍS PAIS BERNARDO